

13  
AG. EXPEDIENTE Nº 13  
PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
"Casa de Eptácio Pessoa"



PROJETO DE LEI Nº 1.880 /2014

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE  
DO USO DE ATENUADORES  
ELETRÔNICOS DE SONS E RUÍDOS  
PRODUZIDOS POR SOM VOLANTE OU  
IMÓVEIS DE QUALQUER NATUREZA, NO  
ÂMBITO DO ESTADO DA PARAÍBA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA RESOLVE:**

**Art. 1º** – Fica proibido, perturbar o sossego e o bem estar público com sons excessivos, vibrações ou ruídos incômodos, de qualquer natureza, produzidas de qualquer forma, que ultrapasse o limite de decibéis estabelecido em lei que é de 70 decibéis.

**Art. 2º** – Para efetivação do disposto nessa lei, torna-se obrigatória a instalação de **Atenuadores Eletrônicos** que possuam sistema de lacre, e possa ser aferido e lacrado por um fiscal competente.

A obrigatoriedade será para:

- I- carros de propaganda e sistemas de som de qualquer natureza.
- II- carros particulares que possuam equipamentos de amplificação do som original (paredões).
- III- casas de shows, bares, restaurantes, casas de recepções, igrejas e qualquer outra atividade que faça utilização de sonorização ambiente ou profissional.
- IV- excetuam-se as que possuam tratamento acústico, evitando assim vazamento de som e sendo provado após ser fiscalizado por um órgão competente.

**Parágrafo único** - Para liberação e/ou renovação dos alvarás e licenciamentos é requisito necessário a instalação do aparelho mencionado no Art. 2º.

**Art. 3º** - Caberá a SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio ambiente:



- I- Estabelecer o programa de controle de ruídos urbanos;
- II- Fiscalizar e controlar as fontes de poluição sonora;
- III- Organizar o serviço de atendimento ao cidadão de modo a atender as demandas de reclamação contra excesso de ruídos de sons, adotando o procedimento administrativo e judicial necessário para coibi-lo.

**Art. 4º** - As pessoas físicas ou jurídicas que infringirem o disposto nessa lei, ficam sujeitos às seguintes penalidades, assegurada, a ampla defesa e o contraditório independente da obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções cabíveis pela legislação estadual, municipal ou federal pertinentes, civis ou penais:

- I- Notificação por escrito;
- II- Multa simples ou diária;
- III- Apreensão dos instrumentos e equipamentos utilizados;
- IV- Interdição parcial ou total do estabelecimento;
- V- Interdição temporária ou definitiva da atividade;
- VI- Cassação dos demais alvarás ou autorizações expedidas pelo Poder Público Estadual;
- VII- Perda de incentivo de benefícios fiscais concedidos pelo Estado.

**Art. 5º** - Caberá ao agente público estadual decidir por qual sanção mais adequada à situação.

**Art. 6º**- As despesas decorrentes da execução dessa lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 7º** – Esta lei entrará em vigor 120 dias, após, a data de sua publicação.

João Pessoa, 10 de Março de 2014.

  
**DOMICIANO CABRAL**  
Deputado



## JUSTIFICATIVA

Senhores e senhoras parlamentares, em particular os membros da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ desta Casa Legislativa. A poluição sonora passou a ser considerada pela OMS (Organização Mundial da Saúde), uma das três prioridades ecológicas para a próxima década e diz, após aprofundado estudo, que acima de 70 decibéis o ruído pode causar dano à saúde. De modo que, para o ouvido humano funcionar perfeitamente até o fim da vida, a intensidade de som a que estão expostos os habitantes no Estado da Paraíba não poderia ultrapassar os 70 decibéis estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde, até porque, acima de 85 decibéis ele começa a danificar o mecanismo que permite a audição. Para que Vossas Senhorias possam ter idéia do que acabamos de ressaltar nesta justificativa, na natureza, com exceção das trovoadas, das grandes cachoeiras e das explosões vulcânicas, poucos ruídos atingem 85 decibéis.

É verdade que o mundo do direito não está alheio aos atos lesivos provocados pelo ruído, na medida em que ele atinge a saúde do homem, no entanto, apesar de todos saberem os efeitos da poluição sonora e não obstante haver Leis (Federais, Estaduais, e Municipais), legislação específica e até outros projetos isolados, de nada adiantam, pois é notório que a fiscalização dos órgãos competentes, notadamente dos órgãos ambientais do Estado e de diversos Municípios, não contorna muitas situações.

Para que Vossas Senhorias possam entender melhor a afirmação feita acima, escolhemos dois exemplos de situações mais comuns vivenciadas pelos cidadãos paraibanos e em especial os residentes nas grandes cidades. Vejamos:

*“Feita a denúncia pelo cidadão incomodado, o órgão de fiscalização dirige-se até o possível poluidor e ao chegar, muitas vezes, os poluidores ao tomarem conhecimento, já reduziram o som e não foi possível o flagrante. A outra situação comum mencionada é quando se procede o flagrante, lavrada a notificação e é reduzido o volume, no entanto, após confirmação da partida do órgão, o som ‘volta’ ao volume que se encontrava anteriormente”.*

Como foi detalhado nas situações acima, poderíamos enumerar outras mais. Faz-se necessário um controle da situação, que possa ir além da notificação de advertência e/ou da multa, principalmente, se observarmos a realidade do Estado da Paraíba no que se refere aos “ruídos musicais” dos carros particulares que possuem equipamentos que amplifiquem a emissão do som original.

Sim, senhoras e senhores parlamentares, faz-se necessário um dispositivo, que não só limite a potência sonora, como também, possa ser programado e calibrado para atuar sobre sistemas de reprodução/amplificação sonora e/ou audiovisual, de modo a garantir que os níveis sonoros na emissão (no interior da atividade potencialmente ruidosa) e na recepção (habitação mais exposta) ou ainda no exterior da atividade (i.e. música ao vivo). -

independentemente da fonte geradora de ruído - não ultrapassam os limites estabelecidos pela legislação e que, apresentem sistemas de blindagem contra tentativas de manipulação fraudulenta dos mesmos e que tenha um controle obrigatório, também para carros particulares.

Diante do exposto acima, venho solicitar o apoio dos meus nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, simples em sua essência, mas de fundamental importância para garantir de forma plena a aplicação da legislação ambiental, no que se refere a poluição sonora, e consequentemente a melhoria da qualidade de vida de toda a população paraibana.

Sala das Sessões, 10 de Março de 2014

  
**DOMICIANO CABRAL**  
Deputado - Democrata



PEDIDO DE VISTA  
Concedido ao Deputado  
Em 19 / 03 / 2014 Horas 14  
PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS  
SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário  
Às fls. 1880 sob o nº 1.880  
Em 19/03/2014

P. Magalhães Maia  
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão  
Ordinária do dia 19/03/2014

P. Magalhães Maia  
Div. de Assessoria ao Plenário  
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência  
e Controle do Processo Legislativo  
Em, 19 / 03 / 2014.

P. Magalhães Maia  
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa  
No dia 19/03/2014

Carla Lúcia  
Departamento de Assistência e Controle  
do Processo Legislativo

Publicado no Diário do Poder Legislativo  
no dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2013

Secretaria Legislativa  
Secretário

À Comissão de Constituição, Justiça e  
Redação para indicação do Relator

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2014.

Secretaria Legislativa  
Secretário

Designado como Relator o Deputado

Deputado Epitácio Pessoa  
Em 19/03/2014

Deputado  
Presidente

Assessoramento Legislativo Técnico

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2014

Secretaria Legislativa  
Secretário

Apreciado pela Comissão  
No dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2014

Parecer \_\_\_\_  
Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Secretaria Legislativa

Aprovado em (\_\_\_\_) Turno

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2014.

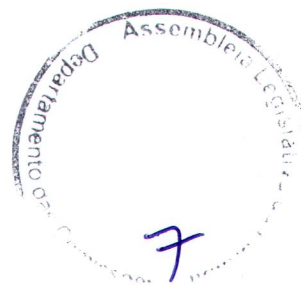
\_\_\_\_\_  
Funcionário

No ato de sua entrada na Assessoria de  
Plenário a Presente Propositura consta  
(\_\_\_\_) Página (s) e (\_\_\_\_)  
Documento (s) em anexo.  
Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2014.

Epitácio Pessoa  
Funcionário



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
*Casa de Epitácio Pessoa*



**CERTIDÃO**

**CERTIFICO**, em razão do que dispõe os §§ 1º e 2º do art. 139 da Resolução nº 1.578, de 19 de dezembro de 2012 (Regimento Interno) que não houve apresentação de Emendas no Protocolo Legislativo da Divisão de Assessoria ao Plenário, unidade de trabalho da Secretaria Legislativa, durante os 5 (cinco) dias úteis, após a publicação no Diário do Poder Legislativo, no que se refere ao Projeto de Lei nº 1.880/2014, de autoria do Deputado Estadual Domiciano Cabra, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de atenuadores eletrônicos de sons e ruídos imóveis de qualquer natureza, no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências.

Gabinete do Secretário Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba “**Casa de Epitácio Pessoa**”, João Pessoa, 01 de abril de 2014.

  
**Felix de Sousa Araújo Sobrinho**  
Secretário Legislativo



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.880/2014.

Parecer nº 2070/2014.

**AUTORIA:** Deputado Domiciano Cabral

**RELATOR:** Deputada OLENKA MARANHÃO

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de atenuadores eletrônicos de sons e ruídos imóveis de qualquer natureza, no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências.

**Exara-se o parecer pela INCONSTITUCIONALIDADE.**

### I - RELATÓRIO

**A Comissão de Constituição, Justiça e Redação** recebe para análise e parecer o Projeto de Lei nº 1.880/2013, de iniciativa do Deputado Domiciano Cabral que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de atenuadores eletrônicos de sons e ruídos imóveis de qualquer natureza, no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências."

Autuada a matéria para tramitação regimental, constou no Expediente regimental vindo a esta Comissão para exame e elaboração de parecer.

É relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa do ilustre parlamentar é louvável, mas adentra na competência constitucional privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual ao querer legislar sobre órgãos da administração direta do Poder Executivo, neste caso usurpa atribuições do Governador do Estado, uma vez que a propositura impõe normas a SUDEMA como órgão fiscalizador vinculado a própria estrutura organizacional daquele Poder.

Num primeiro plano se constata "erro formal de iniciativa", num segundo plano torna a norma eivada do "vício de inconstitucionalidade", uma vez que o assunto tratado implicará em geração de despesa de ordem financeira para aparelhar todas escolas públicas do Estado com "urnas" sem a devida repercussão orçamentária detalhada para o órgão executor nem tão pouco prevista no orçamento vigente.

Portanto, sob a égide da Constituição Estadual que aponta:

**"Art. 86.** Compete, privativamente, ao Governador do Estado:

.....  
III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

.....  
VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; "

Todavia, esta relatoria sugere ao ilustre autor, em razão do vício formal de iniciativa, faça uso por meio de expediente previsto no Regimento Interno desta Casa, encaminhando a proposta do tema tratado ao Chefe do Poder Executivo Estadual, para que a equipe administrativa daquele Poder analise a viabilização de desencadear o processo legislativo de acordo com as normas Constitucionais.

Desta forma, por se tratar de assunto afeto a competência privativa do Governador do Estado, opino pela declaração de **INCONSTITUCIONALIDADE**, do Projeto de Lei nº 1.880/2013.

É o voto.

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2014.

  
**Deputada OLENKA MARANHÃO**  
RELATORA



### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunida e após deliberação, vota pela declaração da **INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei nº 1.880/2013, acatando o arrazoado voto do Relator.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2014.

  
**Deputado JANDUHY CARNEIRO**  
Presidente

Apreciada Pela Comissão  
No Dia 29, 4, 14

  
**Deputada OLENKA MARANHÃO**  
Membro

  
**Deputado DOUTOR ANIBAL**  
Membro

  
**Deputado JOÃO HENRIQUE**  
Membro

  
**Deputada LEA TOSCANO**  
Membro

  
**Deputado VITURIANO DE ABREU**  
Membro

  
**Deputado JUTAY MENESES**  
Membro